

A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA

Camila Belíssimo de Souza

camilabelissimo@hotmail.com

Marisa Marantes Sanchez

sanchez.marisam@gmail.com

Universidade Luterana do Brasil, São Jerônimo, RS

Resumo: O presente estudo faz uma reflexão sobre o processo de institucionalização das crianças no Brasil. Nesse contexto, tem como tema a importância do educador social para o desenvolvimento psicossocial da criança institucionalizada, cujo objetivo foi conhecer se o estabelecimento de um vínculo afetivo entre ambos pode contribuir nesse processo. A investigação foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica sistemática nos bancos de dados Lilacs, Scielo e Pepsic contemplando a produção científica publicada nos últimos cinco anos em relação ao tema abordado. As categorias de análise dos artigos abrangeram: Base de dados onde o artigo estava indexado; Título do artigo; Revista publicada; Ano de publicação; Área de formação dos pesquisadores; Objetivo e Conclusão. Com a análise dos artigos, observou-se que há poucas publicações recentes sobre o educador social/cuidador como figura importante no desenvolvimento psicossocial da criança institucionalizada e que raros analisam sobre a importância de seu papel no desenvolvimento dessas crianças.

Palavras-chave: Educador social; Criança institucionalizada; Desenvolvimento psicossocial

Abstract: This study is a reflection on the children's institutionalization process in the Brazil In this context, this research theme is the importance of social educator for psychosocial development of institutionalized child, seeking to understand if the establishment of an emotional bond between them can contribute in this process. This study was carried out from bibliographic research in the databases Lilacs, Scielo and Pepsico taking into account the scientific production published in the last five years in relation to the topic discussed. The categories of articles' analysis covered: database where the article was indexed, Title of the article; Magazine published; year of publication; the area of trainings' research; goal, conclusion. With the analysis of the articles, it was observed that there are few recent publications on the social/ caregiver educator as an important figure in the psychological development of the child institutionalized and they have little knowledge about the importance of their role in the development of these children.

Keywords: Social educator; Institutionalized child; Psychosocial development

1 INTRODUÇÃO

O processo de institucionalização sofreu várias modificações. Ele passou do período no qual a criança era vista como um ser sem direitos e sem garantias para o qual ela se tornou m sujeito com

direitos. Nesse contexto, atualmente existem modalidades de atendimento à criança e adolescente vulneráveis, dentre elas o abrigo, a casa de passagem ou casa transitória, a casa lar, repúblicas ou pensionatos, isto é, cada uma com suas características desempenham o papel de cuidado dessas crianças e/ou adolescentes.

De acordo com a Comissão da Infância e da Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) (2013), em março de 2012 a março de 2013 foram realizadas fiscalizações pelos promotores de justiça nos Estados e no Distrito Federal das entidades de acolhimento institucional e familiar no Brasil. Foram inspecionadas até março do ano 2013, 2.370 entidades, dessas 2.247 são de acolhimento institucional, as quais realizam o atendimento de caráter provisório de crianças e adolescentes que foram abandonados ou que suas famílias no momento não podem exercer o cuidado e proteção. As 123 restantes são entidades de acolhimento familiar, nas quais as famílias cadastradas acolhem crianças e adolescentes que foram retirados de sua família para sua própria proteção e realizam um acolhimento individualizado pelo tempo que for necessário até para volta à família.

Como sujeito ativo nessa ação de educar existe o educador social sendo ele responsável pelos cuidados diários e com a rotina da casa. Porém, para o desenvolvimento infantil também é necessário por parte dos educadores sociais a disponibilidade de dar atenção, afeto e de interagir com os mesmos. Neste sentido, esta pesquisa busca contribuir para que as instituições, autoridades e educadores sociais reflitam sobre o exercício de uma maneira mais positiva de atendimento às crianças institucionalizadas. Assim, o tema de pesquisa abrange a institucionalização da criança considerando a importância do educador social para o seu desenvolvimento psicossocial e se o estabelecimento de um vínculo afetivo entre eles pode contribuir neste processo. Esse estudo pretende compreender de que formas o educador social pode colaborar para o desenvolvimento psicossocial da criança institucionalizado durante o período em que este permanece sob seus cuidados.

2 AS MUDANÇAS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL

Nos séculos XIX e XX as crianças que nasciam em famílias que não tinham condições de criarem seus filhos, acabavam sendo mandadas para instituições como crianças órfãs ou abandonadas. Essas instituições eram fechadas e tinham caráter asilar. Em 1990 houve no Brasil, a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o abrigo passou a partir desse momento passou a ser realizado como última opção (RIZZINI; RIZZINI, 2004). A partir da aprovação do ECA as crianças, os adolescentes e suas famílias passaram a ter direitos sociais, civis, econômicos e culturais assim como a elaboração de políticas públicas que lhe garantiram proteção dos direitos individuais e coletivos, bem como políticas voltadas à proteção ao atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, abuso, exploração. O ECA pôs fim ao controle do Estado brasileiro trazendo uma concepção democrática da infância que desde a época da república até a ditadura militar, viam a infância como um objeto, sem direitos (PASSONE; PEREZ, 2010). A implantação do ECA modificou o caráter da institucionalização e o abrigo passou a ser concebido como uma

medida provisória e excepcional de proteção às crianças. A preservação dos vínculos familiares e comunitários é sempre o objetivo a ser alcançado pela institucionalização, sendo a colocação em família substituta uma opção apenas quando a reinserção familiar não for possível (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O ECA dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, sendo que para este, considera-se criança a pessoa que tenha até doze anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Segundo o estatuto, é um dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Em relação ao seu artigo 19, o ECA assegura que toda a criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado por sua família, e em casos excepcionais por família substituta, sendo assegurado a convivência entre a família e a comunidade. A criança ou adolescente que estão em programa de acolhimento familiar ou institucional terão suas situações reavaliadas no máximo a cada seis meses por autoridade judiciária competente e a permanência deles em acolhimento institucional não poderá ser superior a dois anos, exceto em casos excepcionais (BRASIL, 1990).

Nessa mesma perspectiva a cartilha desenvolvida pela Secretaria de Direitos Humanos (2010) explica há casos em que afastar a criança da família é a melhor atitude para que esta seja protegida, como nas situações que coloquem em risco a integridade física e emocional da criança, ou quando os pais são internados por doenças ou encarcerados, sem que tenha a possibilidade de outro adulto tomar conta da criança. Entretanto, sempre há alternativas de solução que podem ser tomadas antes da institucionalização, como por exemplo, a busca por parentes ou pessoas próximas que possam prover o cuidado da criança.

O acolhimento em uma das modalidades dos serviços de proteção à criança é realizado a partir de um levantamento da situação familiar, sendo que para tanto é necessário observar a trajetória de vida dessa criança, a situação que levou ao acolhimento, o ambiente familiar, a situação emocional e de desenvolvimento, a idade, o tempo em que esta deve ficar em acolhimento para a resolução do problema. De acordo com o seu caráter de atendimento, o serviço de acolhimento à criança e ao adolescente pode ser Abrigo Institucional, Casa de Passagem ou Casa Transitória, Casa Lar e Repúblicas ou pensionatos para adolescentes (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

O Abrigo Institucional realiza acolhimento provisório e atendimento especializado para crianças e adolescentes na faixa etária dos 0 aos 18 anos incompletos, as quais suas famílias ou responsáveis não podem, naquele momento, exercer o cuidado. Esse tipo de instituição prioriza o convívio familiar e comunitário e deve ser acolhedora e estar localizada em área residencial da comunidade de origem das crianças. Já a Casa de Passagem ou Casa Transitória acolhe por um período de curta duração crianças e adolescentes, sendo que o período de permanência na casa abrange o necessário para o diagnóstico da situação e o encaminhamento para a família ou para as

demais modalidades de acolhimento. Os profissionais são capacitados para recebê-los em qualquer período tanto do dia quanto da noite (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010). Além dessas duas modalidades há a Casa Lar, cujo objetivo é ofertar um serviço de acolhimento provisório para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, realizado em residências cedidas pelo governo, nas quais uma pessoa ou casal exerce a função de educador e cuidador residente. Ainda existem as Repúblicas ou Pensionatos, que são serviços de acolhimento para jovens entre 18 e 21 anos de idade, que provém de outras instituições de acolhimento sem que haja a possibilidade de reinserção na família de origem ou em substituta e nem a possibilidade de sustentar-se. O objetivo dessa modalidade de serviço é desenvolver a independência e a autonomia desses sujeitos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

3 O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL/CUIDADOR

Dentro das modalidades de atendimento institucional, existe o educador social/cuidador que é o responsável pelo cuidado diário das crianças e adolescentes institucionalizadas. Em relação ao seu perfil, exige-se que este tenha formação mínima no nível médio e capacitação específica para o exercício de tal atividade, assim como prévias experiências de trabalho com crianças e adolescentes (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009). Por outro lado, Cavalcante e Corrêa (2012), ressaltam que atualmente, ainda é comum o uso por nossa sociedade da palavra monitor para denominar os indivíduos que trabalham desempenhando o cuidado das crianças que foram afastadas temporariamente de suas famílias.

De acordo com Barros e Naiff (2015), a atividade desenvolvida pelo educador/cuidador dentro das instituições de acolhimento social, não se caracteriza como as atividades formais de educação, mas como um trabalho que pretende desenvolver as crianças e adolescentes com ações de cunho socioeducativas. Assim, quando as crianças chegam às instituições de acolhimento, Avoglia, Mattos e Silva (2012) explicam que elas se deparam com o educador/ cuidador, que será a referência de adulto que elas possuirão por todo o seu período permanência, os quais devem presar pela sua proteção e educação. A figura do educador é fundamental, pois ele é o responsável pela rotina que as crianças terão dentro e fora da instituição, ao se responsabilizar por tarefas que visam promover a saúde, alimentação e educação dessas crianças.

Para que haja um trabalho coeso e eficiente, a equipe técnica e educadores devem realizar juntos, estudos de caso visando à qualidade da relação entre educador/criança e do trabalho desempenhado. Da mesma maneira, o auxílio da equipe técnica ao educador social deve objetivar que este desempenhe um cuidado individualizado para cada criança e adolescente observando sua história de vida para que o abrigo desempenhe um papel estruturante na vida desses sujeitos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

4 VÍNCULO CUIDADOR/CRIANÇA E O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

O desenvolvimento psicossocial, definido sob o olhar de Vigotsky, se dá a partir do meio em que a criança estiver inserida. Ocorre a partir do nascimento, quando interage com o adulto e passa a integrar ao seu aprendizado emocional, as relações e a cultura em que está inserido. Compreende que o desenvolvimento humano é influenciado pela história da sociedade, pelas relações sociais e pela cultura. Assim, as funções psicológicas se estabelecem a partir da interação das pessoas e se internalizam, sofrendo modificações neste processo de constituição do funcionamento interno. A maneira ideal para o desenvolvimento psicossocial é através do ambiente do lar e junto à cuidadores que dispensem amor e disciplina (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2002). Isto posto brevemente, então para que a criança desenvolva um vínculo com o educador social, toda a rotina de trabalho na instituição deve ser estabelecida priorizando pelo turno fixo diário, com o intuito de promover um cuidado contínuo e protetivo, para que o mesmo educador exerça diariamente as atividades rotineiras como fazer o café da manhã, o almoço, dar banho entre outras, pois a rotatividade de profissionais em plantões não é uma medida aconselhável devido a variações na realização dos cuidados. A disponibilidade do educador social em interagir com a criança institucionalizada desempenha grande papel em seu desenvolvimento. Porém, a vinculação tem seus limites, e o educador social deve estar capacitado e sempre sob supervisão, pois o vínculo afetivo criado na instituição não deve desvalorizar a família, pelo contrário, visa fortificar os vínculos afetivos, para que haja a reintegração da criança ou do adolescente na família de origem ou em substituta (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (2010), a vinculação entre educador social e a criança institucionalizada deve ser realizada de maneira que esta favoreça o desenvolvimento da autonomia por parte desta criança, para que ela não fique em dependência constante da instituição, pois a sua permanência é algo temporário. Desse modo, algumas atitudes diárias podem ser realizadas pelo educador para que o vínculo criado favoreça a autonomia, por exemplo, ao acolhê-la, demonstrar que a criança é bem vinda por toda a instituição e que sejam promovidas experiências para que ela perceba suas capacidades, qualidades e gostos, com o resgate da história de vida a partir de conversas para que a criança possa refletir sobre o seu futuro.

Nessa mesma perspectiva Moré e Sperancetta (2010) ressaltam que se pode construir um ambiente acolhedor e protetivo, onde se construa laços afetivos com os educadores que favoreçam sua autoestima e contribuam para perspectivas de elaboração de um futuro melhor. Assim, se o atendimento dispensado pelo educador social for sem afeto, associado pela alta rotatividade desses profissionais haverá uma repercussão negativa no desenvolvimento da criança. Para Teixeira e Villachan-Lyra (2015), o afeto influencia nas atividades desempenhadas dentro da instituição, ou seja, o trabalho do educador social depende da sua afetividade para com a criança, pois sem ela não é possível se chegar à realidade individual de cada sujeito. Neste processo de criação do sentido de individualidade e de identidade, os profissionais que trabalham em instituições de acolhimento

devem trabalhar com o intuito de formar sujeitos autônomos. Para que haja o desenvolvimento da criança, o educador social deve pensar nos objetivos educacionais enfatizando a participação e o protagonismo. Para tanto, o educador deve criar atividades em que haja a interação com objetos e pessoas para que estes sujeitos possam ver que são capazes de mudar tanto a realidade dentro da instituição como fora dela (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010).

Dessa forma, tanto as crianças institucionalizadas, quanto aquelas que estão sob o cuidado familiar, apresentam as mesmas necessidades sendo elas a segurança, a proteção e a vinculação afetiva com quem exerce o papel de cuidador. Porém, a criança institucionalizada deve ter dentro do contexto do abrigo relações em que sejam possíveis as trocas sociais e afetivas, pois este é um ambiente de desenvolvimento (CAVALCANTE; MAGALHÃES; SILVA; 2010). Os educadores sociais podem exercer uma referência de família já que dispensam apoio, carinho e educação. Entretanto, para isso é preciso que haja menos preocupações apenas com as necessidades institucionais e sim dar importância para o que as crianças necessitam, pois do contrário estes não se transformem em figuras de referência para a criança (MORÉ; SPERANCETTA, 2010).

5 MÉTODO

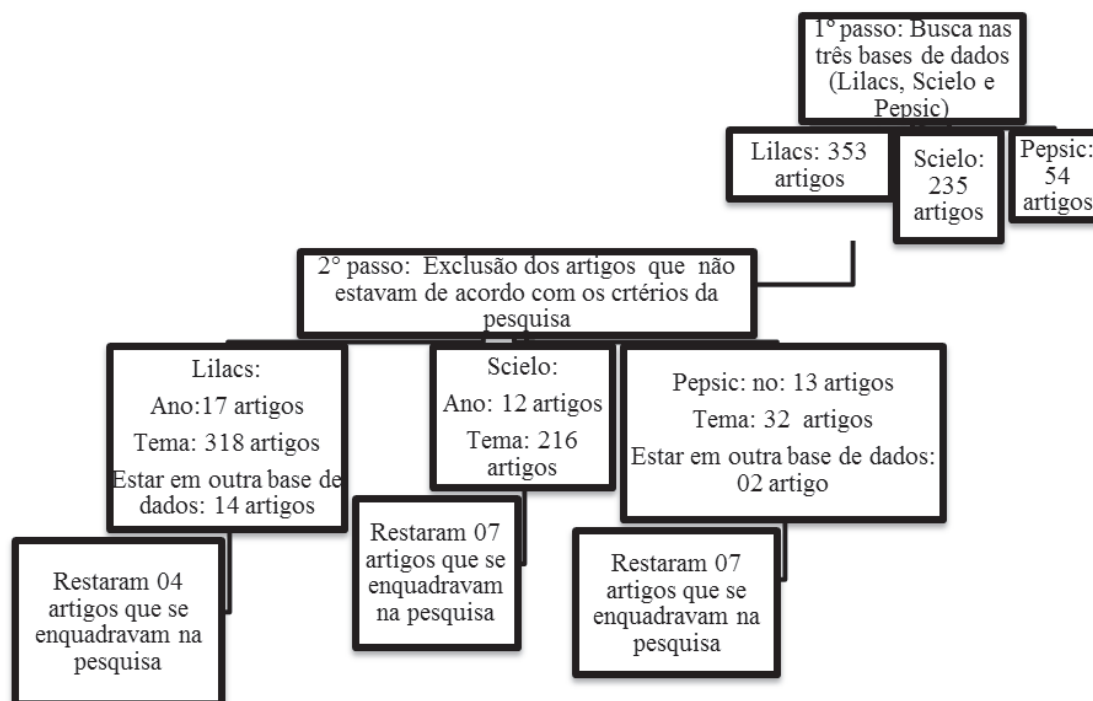
Este estudo foi realizado a partir de pesquisa sistemática, com a utilização para a busca dos artigos os descritores Educador social or Criança institucionalizada or Abrigo, pesquisados nas seguintes bases de dados: Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e Pepsic (Periódicos de Psicologia). A escolha por essas bases de dados se refere ao fato da abrangência de artigos que constam em seus acervos. A revisão foi realizada de agosto a setembro de 2015. A seleção do descritor *Abrigo*, não está restrita a modalidade de atendimento Abrigo Institucional, mas ela abrange os demais programas de abrigamento como a Casa de Passagem e Casa Lar. Com a escolha dos descritores, o ano de publicação dos artigos também se faz importante, sendo que a inclusão se detém aos artigos publicados entre os anos de 2010 e 2015, em português, que tenham como objetivo compreender a importância do vínculo entre educador social/cuidador no desenvolvimento psicossocial da criança institucionalizada. Foram excluídos os artigos nos quais a pesquisa não fazia nenhuma referência ao educador social/cuidador no processo de institucionalização, assim como os que o ano de publicação não estava dentro da margem escolhida e os que se repetiam nas bases de dados.

Na busca dos artigos na base de dados Lilacs foram encontrados inicialmente 353 artigos, desses 318 artigos foram excluídos pelo fato de tratarem de temas que não se enquadravam na pesquisa, 17 artigos foram excluídos pelo fato do ano de publicação não se enquadrar no tempo delimitado, 14 artigos se repetiam em outra base de dados, restando então 04 artigos relevantes. Com a busca na base de dados Scielo, obteve-se 235 artigos, desses 216 artigos também foram excluídos pela questão do tema não se enquadrar com o objetivo da pesquisa, 12 artigos apresentavam ano fora do tempo delimitado, o que resultou em 07 artigos selecionados para a pesquisa. O rastreamento na

base de dados Pepsic apresentou 54 artigos, destes 32 foram excluídos por não terem relação com o tema pesquisado, 13 foram excluídos pelo fato do ano de publicação ser anterior a 2010 e 02 artigos foram excluídos por estarem presente em outra base de dados, por fim, 07 artigos eram aptos para a pesquisa.

Abaixo, esquema que ilustra a busca e seleção dos artigos nas bases de dados:

Figura 1. Organograma



Teve-se como base o estudo de Castro et al (2012) na utilização das categorias de análise das principais características dos artigos pesquisados: Base de dados onde o artigo estava indexado; Título do artigo; Revista publicado; Ano de publicação; Área de formação dos pesquisadores; Objetivo; Conclusão.

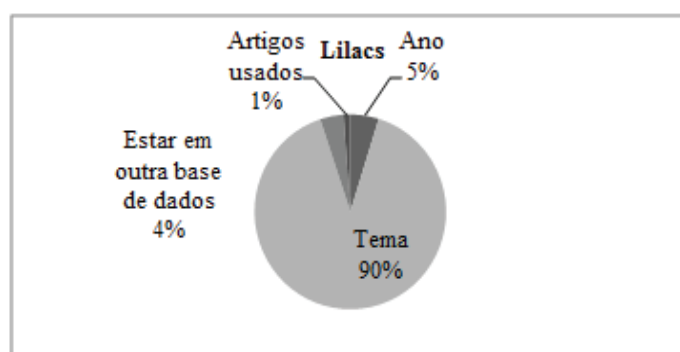
6 RESULTADOS

A busca nas bases de dados Lilacs, Scielo e Pepsic foi realizada de agosto de 2015 a setembro do mesmo ano. Desde o início da pesquisa, percebeu-se que as publicações que tiveram como tema a figura do educador social dentro das modalidades de instituições de acolhimento infantil e adolescente são poucas. A maior parte de publicações diz respeito à criança ou ao adolescente institucionalizado, considerando aspectos como a constituição familiar e a violência que ela pode sofrer dentro das instituições.

A figura 2 demonstra que a partir do rastreamento na base de dados Lilacs, grande parte dos artigos foram excluídos pelo critério de análise do tema, ou seja, 90% dos artigos, pois em sua maioria não tinham nenhuma relação com o tema estudado. Este fato deve-se ao uso do descritor

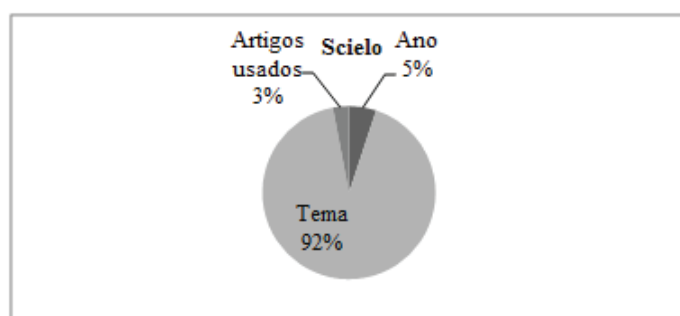
Abrigo, pois como se optou pelo uso do conectivo *or*, que na Língua Portuguesa significa *ou*, a pesquisa nesse banco de dados procurou a palavra em todos os artigos que a apresentavam, o que abrangeu outras áreas de pesquisa, principalmente assuntos da área biológica. Outra parcela excluída de artigos representou 4%, pois estes estavam presentes também na base de dados Scielo, o que foi necessário para que esses não ficassem duplicados na pesquisa. Os outros 5% excluídos se refere aos artigos em que o ano era anterior ao período delimitado para a pesquisa, ou seja, foram publicados antes do ano de 2010. Esse resultado demonstra que havia uma parcela significativa de artigos publicados sobre o tema, mas o fato das datas serem anteriores a estabelecida, trouxe a impossibilidade de uso, restando apenas 1% de artigos em que os critérios estavam de acordo. Com estes dados, ficou evidente que há poucas pesquisas publicadas sobre o tema.

Figura 2. Gráfico sobre os artigos excluídos e incluídos da base de dados Lilacs



Na pesquisa a base de dados Scielo (figura 3), também observou-se a mesma situação de a maioria dos artigos 92% terem sido excluídos da pesquisa por causa do tema dos artigos apresentarem outra linha de estudo, com temas relacionado ao crescimento de plantas, zootecnia e habitat animais e insetos, assim como os temas que tratavam da violência sofrida dentro das instituições, e sobre o contexto familiar dessas crianças. Além disso, 5% dos artigos foram excluídos pelo ano não estar dentro da faixa delimitada para a pesquisa, restando uma pequena parcela, o que corresponde a 3%. Mais uma vez, fica evidente a pouca publicação sobre a figura do educador social dentro das instituições de acolhimento.

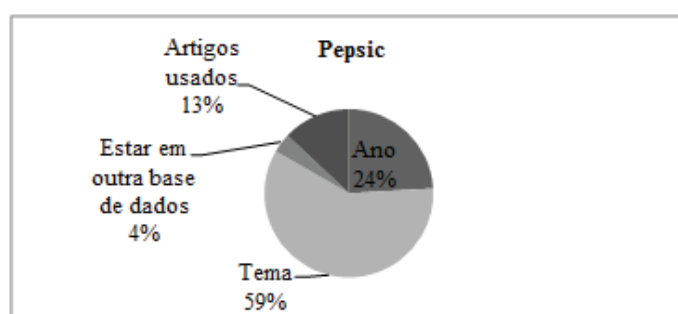
Figura 3. Gráfico sobre os artigos excluídos e incluídos da base de dados Scielo



A base de dados Pepsic é um campo de pesquisa de artigos da área da Psicologia. Este fato pode ter influenciado nos resultados da pesquisa na base de dados, pois ali encontram-se artigos essencialmente dessa área de estudo, sendo que a partir da busca não surgiram artigos de outras

áreas. A maioria dos artigos, que representa 59%, foi excluída pela questão do tema não estar de acordo com os objetivos da pesquisa, porém 13% dos artigos selecionados a partir dos descritores lançados na base de dados foram incluídos, mas apesar da porcentagem ser maior, representa a mesma quantidade que o Scielo de artigos aptos para o estudo. Nessa base de dados, 24 % dos artigos foram excluídos pelo fato do ano não estar de acordo com o período delimitado e 4% dos artigos foram excluídos, pois já haviam sido selecionados na base de dados Scielo.

Figura 4. Gráfico dos artigos excluídos e incluídos da base de dados Pepsic



A (figura 5) apresenta as principais características dos artigos selecionados na base de dados Lilacs. Nesta, o principal assunto das pesquisas diz respeito sobre a análise do desenvolvimento das crianças institucionalizadas, com mais artigos publicados na área de estudo da terapia ocupacional. Em relação às revistas que as pesquisas foram publicadas, houve igual publicação tanto em revistas médicas quanto em revistas de terapia ocupacional, o ano de 2011 teve mais artigos indexados e em 2010 e 2012 não houve nenhum.

Figura 5. Quadro das principais características dos artigos selecionados na base de dados Lilacs

Título do artigo	Revista	Ano	Formação profissional	Objetivo	Conclusão
Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo	Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo	2011	Terapia ocupacional	Apresentar uma reflexão crítica, de caráter histórico e conceitual	Ações mais efetivas e produtoras de verdadeira moradia possam vir a acontecer nos abrigos para crianças e adolescentes em acolhimento institucional.
Análise das habilidades funcionais de crianças em entidade filantrópica	Rev Bras Clin Med. São Paulo	2011	Medicina	Verificar as habilidades funcionais de crianças abrigadas com idades entre 2 e 6 anos	A função social foi a maior habilidade prejudicada, pois necessitaram de supervisão e auxílio constante das monitoras
Avaliação do desenvolvimento de crianças de 6 a 12 meses	Revista Paraense de Medicina	2013	Psicologia e Terapia ocupacional	Avaliar o desenvolvimento de crianças institucionalizadas	Acredita-se que o contexto do abrigo pode ser um bom ambiente que propicia o desenvolvimento infantil.

Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA	Rev Ter Ocup Univ São Paulo	2014	Terapia Ocupacional	Examinar a produção científica de artigos, sobre acolhimento de crianças e de adolescentes, a partir do ECA	Conclui-se que, em 20 anos, o tema foi pouco pesquisado, demonstrando uma lacuna, do ponto de vista acadêmico-científico,
--	-----------------------------	------	---------------------	---	---

Na base de dados Scielo, a área da Psicologia foi quem mais publicou artigos sobre a institucionalização em revistas dessa mesma área de estudo, com maior ênfase em questões sobre o cotidiano das instituições, sobre o trabalho do educador social e sobre o desenvolvimento das crianças acolhidas. Nos anos de 2010 e 2012 houveram mais artigos publicados sobre o tema, diferente dos anos de 2011, 2014 e 2015, os quais tiveram apenas uma publicação. Já no ano de 2013 não houve publicações, de acordo com (figura 6).

Figura 6. Quadro das principais características dos artigos selecionados na base de dados Scielo

Título do artigo	Revista	Ano	Formação profissional	Objetivo	Conclusão
Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil	Cadernos de Pesquisa	2010	Educação	Busca-se apresentar a noção de infância instituída sob a constituição do aparato do Estado	Ainda há conflito da cultura de direitos e das antigas práticas assistencialistas.
Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes	Psicologia e Sociedade	2010	Psicologia	Analisar as práticas desenvolvidas pelos pais sociais em instituições de acolhimento	A importância de estudos sobre a atuação dos pais sociais no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes institucionalizados.
Um estudo sobre o acolhimento precoce inspirado no método bick	Psicologia em Estudo, 2011	2011	Psicologia	Apresentar uma adaptação do Método Bick de Observação para coleta de dados em um estudo realizado em um abrigo	Foi possível investigar e analisar o contexto do abrigo, a partir da observação da interação das crianças com seus cuidadores.
Perfil e Trajetória de Educadores em Instituição de Acolhimento Infantil	Cadernos de pesquisa	2012	Psicologia	Identificar aspectos da trajetória pessoal, profissional e institucional de educadores de abrigo	É preciso conhecer quem cuida da criança para poder cuidar melhor dela.
Perfil Mediacional de Mães Sociais que atuam em Instituições de Acolhimento	Psicologia: Ciência e Profissão	2012	Psicologia	Abordar as interações entre mãe social e a criança acolhida, como fator para o desenvolvimento	A necessidade de um programa contínuo de formação para mães sociais, enfatizando comportamentos mediacionais

Estudo do “Ages and Stages Questionnaires” com cuidadores de crianças institucionalizadas	Psico-USF	2014	Assistência Social, Terapia Ocupacional e Psicologia	Investigar o conhecimento de cuidadoras sobre o desenvolvimento de crianças	As cuidadoras conseguem verificar atrasos no desenvolvimento
Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casais	Psicologia & Sociedade.	2015	Psicologia e Educação	Problematizar os sentidos produzidos pelas mães sociais sobre desligamento das crianças acolhidas	Os sentidos construídos pelas mães sociais sobre as crianças e o desligamento abrange sentimentos maternos e pessimismo quanto ao futuro delas.

Na base de dados Pepsic (figura 7) predominaram artigos publicados em revistas da Psicologia e por pesquisadores dessa área. Os temas dos artigos tinham relação com as práticas de atendimento às crianças e sobre a percepção que os educadores sociais possuem a respeito das crianças institucionalizadas. No ano de 2010 houve mais publicações sendo o oposto do que aconteceu no ano de 2014 que não apresentou publicações sobre o assunto.

Figura 7. Quadro das principais características dos artigos selecionados na base de dados Pepsic

Título do artigo	Revista	Ano	Formação profissional	Objetivo	Conclusão
Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes	Revista Mal – estar e subjetividade.	2010	Psicologia	Refletir sobre reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados	A saída para o acolhimento institucional e reintegração familiar pode estar em mecanismos de inclusão social das famílias, como bases de apoio ao desenvolvimento
Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento	Revista Mal – estar e subjetividade.	2010	Psicologia	Problematizar aspectos à institucionalização de crianças considerando as lógicas de exclusão presentes no Brasil	Esse profissional necessita estar atento ao singular da criança institucionalizada, tomando-a como sujeito de direito e de desejo.
Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA	Aletheia.	2010	Psicologia	Cartografar as narrativas escritas sobre abrigos e convivência familiar a partir do ano 2000	Descompasso entre a lei e o cotidiano de abrigamento.
Percepção de educadores de abrigo: o seu Trabalho e a criança institucionalizada	Rev. Bras. de Cresc. Desenv. Humano.	2011	Psicologia e Terapia Ocupacional	Analisar a percepção de cuidadores de abrigo sobre o seu trabalho	Essas informações podem ser úteis na elaboração do projeto político pedagógico da instituição, enfatizando a unidade entre cuidar e educar.

Educador Social: Imagem e Relações com Crianças em Situação de Acolhimento Institucional	Rev. Bras. de Cresc. Desenv. Humano.	2012	Psicologia	Identificar a imagem que educadores sociais têm da criança institucionalizada	As educadoras, em sua relação com as crianças, se configuram em modelos de identificação.
Educadores de abrigo: concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado em situação de brincadeira	Journal of Human Growth and Development.	2013	Psicologia	Investigar concepções sobre desenvolvimento infantil e práticas de cuidado de educadores	Ensidadas em contexto lúdico, as crianças se beneficiam, tendem a ser mais estimuladas.
Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais	Estudos e Pesquisas em Psicologia	2015	Psicologia	Identificar as representações sociais que educadores de abrigos tem sobre a capacitação.	Não adianta pensar no cuidado às crianças e adolescentes institucionalizados sem cuidar do cuidador.

Constatou-se que apenas na base de dados Lilacs a área da Terapia Ocupacional foi a que mais publicou artigos sobre o educador social, pois na análise do total dos artigos das três bases de dados, a Psicologia foi à área de estudo que, sozinha, mais tem publicado sobre o tema nos últimos cinco anos totalizando 10 artigos. Em relação ao ano de publicação, o ano de 2010 foi o que teve mais publicações, no total 5.

7 DISCUSSÃO

Em uma pesquisa bibliográfica, os autores Malfitano e Silva (2014) consideram que o tema abrigo e acolhimento institucional ainda é pouco abordado pelos pesquisadores mesmo após os vinte anos de promulgação do ECA. Outro estudo, os autores Lacaz, Nascimento e Travassos (2010) percebem que o ECA ainda esbarra na prática do cotidiano dos abrigos, isto é, existe a lei, mas ela nem sempre funciona como deveria. Conforme aponta a pesquisa de Passone e Perez (2010) não há como negar o conflito entre a atual cultura que preza por direitos individuais e coletivos contra as antigas práticas de assistencialismo. Sobre esta concepção, Galheigo e Luvizaro (2011) ressaltam que após a promulgação do ECA, ainda existem instituições que apresentam resquícios do pensamento assistencialista de atendimento. Para os autores, o desafio é manter instituições que promovam além do cuidado e proteção, oportunizem o desenvolvimento da criança, mas para isso, é preciso considerar toda a sua história de vida, suas necessidades e singularidades.

Os cuidados primários são essenciais para a criação do vínculo e para o desenvolvimento da criança, e este é realizado pelo contato com a mãe, porém em instituições de acolhimento as educadoras são as pessoas responsáveis pelo cuidar e educar, sendo que seus gestos de cuidado e atenção influem da mesma forma no estabelecimento do vínculo e no desenvolvimento da criança

(CRUZ, DIAS e PEDROSO, 2014). Pode-se verificar que o estudo foi corroborado onde Teixeira e Villachan-Lyra (2015) também abordaram a questão da importância do afeto no acolhimento. Segundo esses autores, as próprias educadoras definiram o afeto como sendo motor para se chegar a um atendimento individualizado.

Os artigos destacam que o educador social pode influenciar de forma positiva ou negativa no desenvolvimento da criança, e que a atenção e interação dispensada ao realizar o atendimento são fatores importantes neste processo. No estudo realizado por Lanzillotta e Rocha (2011), com 52 crianças na faixa etária de 2 a 6 anos de idade, que residem em um abrigo em Santos (SP), verificou-se que a função social foi a habilidade mais prejudicada nas crianças ficando com 32,44% de desempenho. De maneira semelhante o atraso no desenvolvimento social é percebido em uma amostra formada por 4 crianças de 6 a 9 meses, de uma instituição de Belém (PA). Através da utilização da Escala de Desenvolvimento do Comportamento da Criança – EDCC foi possível identificar que a interação social e a linguagem encontram-se prejudicadas, o que segundo os autores pode estar relacionado com a pouca interação entre as educadoras e as crianças, as quais permaneciam mais tempo sentadas do que recebendo estímulos de suas cuidadoras (LOPES e PEDROSO, 2013).

Conforme apontam os artigos rastreados, o ECA traz a tona a necessidade de haver uma atuação conjunta entre as instituições de acolhimento e os serviços que desempenham papéis sociais como a comunidade, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), os postos de saúde, as escolas (TEIXEIRA E VILLACHAN-LYRA, 2015). Outras pesquisas Cavalcante, Magalhães e Silva (2010) e Cintra e Souza (2010) remetem os seus olhares para o que pode interferir no desenvolvimento da criança institucionalizada. Os autores mencionam que o atendimento despersonalizado, assim como a permanência prolongada nas instituições (mais de dois anos) pode acabar por prejudicar o vínculo com a família e com a comunidade.

A rotina das instituições de acolhimento é abordada na pesquisa de Benetti, Donelli e Golin (2011) que ressaltam que os educadores/cuidadores atendam diversas questões ao mesmo tempo como dar alimentação, fazer a higiene das crianças entre outras tarefas. Apontam que o trabalho do educador exige muita disponibilidade para organizar toda a rotina da instituição, além disso, ele deve dar afeto e interagir com a criança. Todas essas questões devem ser observadas para o desenvolvimento da criança, que por certo período, permanecerá sob seus cuidados. Porém, essa rotina movimentada pode atrapalhar as interações entre o cuidador e a criança.

Os estudos analisados demonstram que a maioria dos profissionais que trabalham nessas instituições sabe quais são as atitudes práticas diárias que devem desempenhar com as crianças para que haja o desenvolvimento psicossocial, um exemplo, é a criação de um espaço onde haja o diálogo e interação entre as crianças e seus educadores, porém, a falta de constante aperfeiçoamento parece prejudicar o processo, e o profissional fica acomodado a realizar apenas os cuidados essenciais. A pesquisa de Tomás e Vectore (2012) com crianças e adolescente acolhidos em uma Casa Lar do interior de Minas Gerais complementa a ideia de Benetti, Donelli e Golin (2011), pois verificou-se

que as cuidadoras sabem que as atividades como brincar e conversar promovem o desenvolvimento, mas que não veem esse tipo de atividade dentro da instituição. A interação entre eles abrange apenas os cuidados essenciais havendo pouco vínculo estabelecido. Avoglia, Mattos e Silva (2012) também perceberam em seus estudos realizados com seis educadoras de um abrigo em Diadema (SP), que concebem o abrigo como um ambiente que não facilita o desenvolvimento, pois as crianças permanecem ali por pouco tempo.

Da mesma forma, se verificou na pesquisa realizada por Cavalcante, Costa e Magalhães (2011) que o educador vê que seu trabalho atende essas necessidades de cuidado, pois se preocupam com o cumprimento das tarefas, mas a maioria das educadoras respondeu que a instituição não consegue estimular as crianças intelectualmente. Este estudo também conseguiu apontar que as educadoras percebem que as crianças não tem privacidade e nem atenção individualizada, o que para elas também pode estar relacionado com a superlotação da instituição. Para o autor, algumas instituições ainda realizam o ato de cuidar e educar de forma separada e que assim não é possível dar condições favoráveis ao desenvolvimento das crianças.

Porém, foi possível constatar que pode haver fatores positivos da convivência diária da criança institucionalizada com o educador social, quando o ambiente institucional apresenta cuidadores que tem conhecimento sobre os aspectos biopsicossociais do desenvolvimento infantil e que constroem um ambiente de interação e de trocas afetivas. É o que demonstra o estudo de Cavalcante e Corrêa (2013) com uma amostra composta de 100 educadores de uma instituição de acolhimento infantil, quando percebem que as educadoras do primeiro grupo de análise se demonstraram eficientes sobre conhecimentos do desenvolvimento infantil, desempenhando um cuidado com qualidade, com a utilização de atividades lúdicas. De acordo com as autoras, o fato do grupo 1 ter melhor desempenho que o grupo 2, pode estar relacionado com a questão de as educadoras do primeiro serem mães, jovens, com um considerado tempo de experiência e mais conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil. Da mesma maneira, ao rastrear a pesquisa de Cintra e Souza (2010) se percebeu que há atitudes práticas que favorecem o desenvolvimento das crianças e a criação de espaço para o diálogo é uma delas, pois assim as crianças podem falar e serem ouvidas.

Por outro lado, o que se verifica nos estudos é que o atendimento nas instituições de acolhimento depende da preparação que o educador social detém sobre o que é o processo de institucionalização, o que ele representa dentro do processo e quais de suas atitudes podem favorecer o desenvolvimento da criança. A impressão que se tem é que a falta de preparação e aperfeiçoamento atrapalha a eficiência do trabalho. Sobre a formação continuada de educadores, Moré e Sperancetta (2010) salientam sua importância, para que eles tenham a conscientização de que as suas atitudes trazem reflexo no desenvolvimento da criança institucionalizada. No estudo de Cavalcante e Corrêa (2012) também ficou evidente que o trabalho do educador para ser efetivo e de qualidade, é necessário que este profissional faça cursos de aperfeiçoamento e cuide de sua saúde mental, pois afinal, ele está diariamente em contato com histórias de abandono, violência e

vulnerabilidade social.

Não obstante, os artigos analisados apontam que tão importante quanto o aperfeiçoamento profissional é a saúde mental das pessoas que trabalham com essas crianças com vidas tão difíceis, pois o esgotamento profissional pode prejudicar a qualidade dos cuidados dispensados a elas. O bom desempenho dos educadores/cuidadores também depende de seu estado emocional, os autores Avoglia, Mattos e Silva (2012) também perceberam em sua pesquisa com seis educadores de um abrigo de Diadema (SP) que eles apresentavam cansaço físico e mental. Nesse contexto, para que ações educativas sejam eficazes, deve-se pensar também no bem-estar do educador social (BARROS e NAIFF, 2015).

8 CONCLUSÃO

Durante a pesquisa nas bases de dados Lilacs, Scielo e Pepsic, observou-se que há poucas publicações recentes sobre o educador social/cuidador como figura importante no desenvolvimento psicossocial da criança institucionalizada. O vínculo entre o educador social e a criança institucionalizada se constitui nos momentos em que são realizados os cuidados essenciais que abrangem a alimentação, higiene e saúde desde que sejam realizados de maneira a possibilitar a interação e afeto entre ambos, pois apesar de não estar em seu ambiente familiar, a criança institucionalizada necessita da mesma forma de uma figura de referência que estimule as suas potencialidades. Da mesma maneira, se compreendeu que além das atividades de cuidados essenciais, o educador social deve elaborar momentos de conversas e brincadeiras que são fundamentais tanto para a elaboração do vínculo com o educador, como para o seu desenvolvimento, pois a criança precisa de um espaço para falar, ser ouvida, interagir e criar.

O educador social também contribui para o desenvolvimento psicossocial da criança institucionalizada, quando ele mantém a criança em contato social com o mundo, com sua comunidade, pois assim há a preservação de sua história. Dessa forma, a convivência com os educadores sociais/cuidadores pode ser positiva no desenvolvimento psicossocial das crianças institucionalizadas desde que as instituições disponham de funcionários capacitados e com conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, pois assim, o atendimento dispensado às crianças e aos adolescentes pode ser realizado de forma que sejam atendidas as necessidades individuais de cada um e não apenas a distribuição de cuidados sem nenhum significado emocional, apenas com o objetivo de realizar o atendimento.

REFERÊNCIAS

- AVOGLIA, Hilda R. C; MATTOS, Pammela M; SILVA, Andreia Maria. **Educador Social: Imagem e Relações com Crianças em Situação de Acolhimento Institucional.** Revista Mal- estar e subjetividade - Fortaleza - vol. XII - Nº 1-2 - p. 265 - 292 - Mar / jun 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v12n1-2/10.pdf>>.
- BARROS, Nilma S; NAIFF Luciene A. M. **Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais.** Estudos e Pesquisas em Psicologia Rio de Janeiro v.15 n. 1 p. 240-259, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v15n1/v15n1a14.pdf>>.
- BENETTI, Silvia P. C; DONELLI, Tagma M. S; GOLIN, Gabriela. **Um estudo sobre o acolhimento precoce inspirado no Método Bick.** Psicologia em Estudo, Maringá, v.16, n. 4, p. 561-569, out./dez.2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n4/a07v16n4.pdf>>
- BOCK, Ana M; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.** 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente- ECA-** Lei Federal 8069, 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.
- CASTRO, Elisa K. et al **Enfrentamento e câncer de mama: revisão sistemática da literatura nacional.** Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul. Jan/Jul p. 31-39, 2012. Disponível em: <<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/45/45>>.
- CAVALCANTE, Lília I. C; MAGALHÃES, Celina M. C; SILVA, Simone S. C. **Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes.** Revista Mal - estar e subjetividade – Fortaleza – vol. X – Nº 4 – p. 1147-1172– dez /2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v10n4/05.pdf>>.
- CAVALCANTE, Lília I. C; COSTA, Lígia N; MAGALHÃES, Celina M. C. **Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada.** Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum.; 21(3): p. 818-831, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v21n3/08.pdf>>.
- CAVALCANTE, Lília I. C; CORRÊA, Laiane S. **Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil.** Cadernos de Pesquisa v.42 n.146 p.494-517 maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/10.pdf>>.
- CAVALCANTE, Lília I. C; CORRÊA, Laiane S. **Educadores de abrigo: concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado em situação de brincadeira.** Journal of Human Growth and Development 23(3): p. 1-9, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v23n3/pt_09.pdf>.
- CINTRA, Ana L; SOUZA, Mériti. **Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento.** Revista Mal - estar e subjetividade – Fortaleza – vol X – Nº 3 – p. 809-833– set /2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v10n3/06.pdf>>.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País.** Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VOLUME_1_WEB_.PDF>.
- CRUZ, Edson J. S; DIAS, Greicyani B; PEDROSO, Janari S. **Estudo do “Ages and Stages Questionnaires” com cuidadores de crianças institucionalizadas.** Psico-USF, Bragança Paulista, v.19,n.3,p.411-420,set./dez.2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psuf/v19n3/f>>.

GALHEIGO, Sandra M; LUVIZARO, Nathália A. **Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 191-199, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-657292>>.

LACAZ, Alessandra S; NASCIMENTO, Maria L; TRAVASSOS, Marilisa. **Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA.** Aletheia 31, p.16-25, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n31/n31a03.pdf>>.

LANZILLOTTA, Priscila, ROCHA, Rogério P. **Análise das habilidades funcionais de crianças em entidade filantrópica.** Rev Bras Clin Med. São Paulo, mar-abr; 9(2): p.121-123, 2011. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2011/v9n2/a1821.pdf>>.

LOPES, Andreza M; PEDROSO, Janari S. **Avaliação do desenvolvimento de crianças de 6 a 12 meses.** Revista Paraense de Medicina - V.27 (4). p. 29-35 outubro-dezembro, 2013. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2013/v27n4/a4049.pdf>>.

MALFITANO, Ana P. S; SILVA, Tatiana V. **Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA.** Rev Ter Ocup Univ São Paulo. jan./abr.; 25(1). p. 94-100, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/vi68>>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** 2. ed. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf>.

MORÉ, Carmen L. O. O; SPERANCETTA, Andressa. **Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.** Psicologia & Sociedade; 22 (3): p. 519-528, 2010 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12.pdf>>.

PASSONE, Eric F; PEREZ, José R. R. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>>.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** 2. ed Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Layola, 2004.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo.** São Paulo: Associação Fazendo História: NECA: Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Disponível em: <http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/5_cada_casa_e_um_caso.pdf>.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Imaginar para encontrar a realidade: reflexões e propostas para o trabalho com jovens nos abrigos.** Coordenação da publicação Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Disponível em: <http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/3_imaginar_para_encontrar_a_realidade.pdf>

TEIXEIRA, Paulo A. S; VILLACHAN-LYRA, Pompéia. **Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares.** Psicologia & Sociedade, 27(1), p. 199-210, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n1/1807-0310-psoc-27-01-00199.pdf>>.

TOMÁS, Débora N; VECTORE, Celia. **Perfil Mediacional de Mães Sociais que Atuam em Instituições de**

Acolhimento. Psicologia: ciência e profissão. 32 (3), p. 576-587, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n3/v32n3a05.pdf>>.